

# DECRETO Nº 8.457 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2003

(Publicada no Diário Oficial de 18/02/2003)

Além da Alteração nº 40 ao RICMS/97, este Decreto trata em seu art. 3º, do prazo de entrega do arquivo magnético referente ao movimento de janeiro/03, dos contribuintes do ICMS autorizados ao uso de SEPD.

**Procede à Alteração nº 40 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## **DECRETA**

**Art. 1º** As disposições do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, abaixo indicadas, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**I** - o inciso IV do art. 73, com efeitos a partir de 01/01/03:

*“IV - nas operações com sucatas, fragmentos, retalhos ou resíduos de materiais;”;*

**II** - o inciso IV do § 2º do art. 73, com efeitos a partir de 01/01/03:

*“IV - salvo o valor da pauta fiscal estabelecido como parâmetro para determinação da base de cálculo referente à substituição ou antecipação tributária, cujo custo do frete já está incluído no referido valor, ou outra disposição em contrário, os preços das mercadorias constantes em pauta fiscal serão considerados FOB.”;*

**III** - o inciso XIX do art. 87:

*“XIX - de 11/02/03 até 31/12/03, das operações internas com óleo diesel em 16% (dezesseis por cento), de forma que a carga tributária incidente corresponda a 21% (vinte e um por cento);”*

**IV** - o § 3º do art. 339:

*“§ 3º Ao contribuinte será permitido, relativamente à escrituração do CIAP:*

*I - utilizar sistema eletrônico de processamento de dados;*

*II - manter os dados em meio magnético, desde que nesse sentido haja autorização do Inspetor Fazendário;*

*III - substituí-lo por livro, a ser autenticado na forma do art.*

*317, desde que contenha, no mínimo, os dados do documento.”;*

**V** - o inciso V do art. 353:

*“V - o depositário, a qualquer título, em relação a mercadoria depositada por contribuinte localizado em outra unidade da Federação, nas situações previstas neste artigo;”.*

**Art. 2º** Os dispositivos abaixo indicados do Decreto nº 8.413, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

**I** - a alínea “a” do inciso I do art 12:

*“a) relacionar, discriminadamente, os estoques existentes no estabelecimento em 28/02/2003 e apresentar a relação correspondente, em arquivo magnético, tipo Word, Excel ou arquivo txt, na repartição fiscal do seu domicílio fiscal até o dia 09/06/2003;”;*

**II** - o caput e o § 5º do art. 13:

*“Art. 13. Os estabelecimentos industriais produtores de cervejas - NCM 2203, de refrigerantes - NCM 2202.10.00 e de águas minerais e gasosas - NCM 2201.10.00 e 2202.10.00 ficarão obrigados, a partir de 1º de julho de 2003, à instalação de condutivímetros e de instrumentos e aparelhos para medida ou controle da vazão (caudal), do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos que produzirem ou comercializarem.”;*

*“§ 5º Poderá ser dispensada a instalação dos equipamentos previstos no parágrafo anterior, em função dos limites mínimos de produção ou faturamento que a Secretaria da Fazenda Estadual fixar.”.*

**Art. 3º** Os contribuintes do ICMS autorizados ao uso de SEPD poderão entregar, nos mesmos prazos para entrega relativa ao mês de fevereiro de 2003, o arquivo magnético referente ao movimento econômico do mês de janeiro de 2003, de que trata o artigo 708-A do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997.

**Art. 4º** Fica corrigida a redação do título “Seção XIV”, precedente ao art. 824-E do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, para “Seção XXIV”.

**Art. 5º** As alíneas “j” e “o” do inciso V do art 10 do Decreto nº 8.435, de 03 de fevereiro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003:

*“j) o item 13 do inciso II do art. 353;”;*

*“o) o inciso IV do § 3º do art. 824-E;”.*

**Art. 6º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, o § 2º do art. 682-A do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 17 de fevereiro de 2003.

**PAULO SOUTO**

Governador

Ruy Tourinho

Secretário de Governo

Albérico Mascarenhas

Secretário da Fazenda